



A grande aventura. Televisão, nacionalismo e as comemorações dos Descobrimentos portugueses

Marcos Cardão

Práticas da História, n.º 8 (2019): 17-47

www.praticasdahistoria.pt

Marcos Cardão

A grande aventura. Televisão, nacionalismo e as comemorações dos Descobrimentos portugueses

Os programas televisivos de José Hermano Saraiva contribuíram para criar uma narrativa popular sobre a História de Portugal. Reconhecendo em devido tempo a importância da televisão como novo mediador da vida cultural, José Hermano Saraiva serviu-se das suas capacidades de comunicador para veicular uma história de pendor nacionalista e que privilegiava a síntese em vez da investigação de fundo. De natureza exploratória, este artigo pretende contornar a secundarização dos objectos audiovisuais na historiografia e avançar hipóteses interpretativas para o estudo da programação da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP, realizada entre 1986 e 2002), encetando uma análise do programa televisivo “A Grande Aventura”. Não se pretende extrapolar a análise de um programa em concreto para considerações gerais sobre a programação da CNCDP, nem sugerir que o programa modificou a forma de divulgar a história da expansão portuguesa, mas antes apresentar uma nova forma de apreciar a mediatização da temática dos Descobrimentos no período democrático e pós-colonial e verificar como a performance de José Hermano Saraiva terá favorecido a sua popularização.

Palavras-chave: Nacionalismo, Descobrimentos portugueses, televisão, cultura audiovisual, José Hermano Saraiva.

The Great Adventure. Television, Nationalism and the Portuguese Discoveries Commemorations

The television programs of historian José Hermano Saraiva contributed to create a popular narrative on the History of Portugal. Recognizing the importance of television as a new mediator of cultural life, José Hermano Saraiva used his capacity as a communicator to convey a nationalist history which favored synthesis instead of background research. In this article I'll try to circumvent the oblivion of audiovisual sources in the historiography and advance new hypotheses for the study of the National Commission for the Commemoration of the Portuguese Discoveries (CNCDP) programming by analyzing the television program “The Great Adventure”, broadcast by the Portuguese National Television (RTP). The article does not intend to extrapolate from a specific television program general considerations on the CNCDP's programming, nor to suggest that the program transformed the transmission of the history of Portuguese discoveries, but rather to present a new way to map the dissemination of the Portuguese Discoveries in the postcolonial and democratic period and to verify how José Hermano Saraiva's performance favored its banalization.

Keywords: Nationalism, Portuguese Discoveries, Television, audiovisual culture, José Hermano Saraiva.

A grande aventura. Televisão, nacionalismo e as comemorações dos Descobrimentos portugueses

Marcos Cardão*

História e televisão

A história desempenha um papel fundamental na formação e difusão de uma consciência nacional e na fixação de uma memória colectiva através da selecção das temáticas mais marcantes da singularidade nacional¹. O Estado português mobilizou oficialmente a história com a criação da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), cujo intuito era preparar, coordenar e organizar a comemoração dos quinhentos anos dos Descobrimentos. Através de uma programação multifacetada, a CNCDP deu início a um ciclo comemorativo, activo entre 1986 e 2002, que seria crucial para a renovação das representações sobre os Descobrimentos portugueses.

Embora os historiadores profissionais acreditem que estão numa posição privilegiada para interpretar o passado histórico ou explicar os acontecimentos historicamente, e a universidade continue a ocupar uma posição hegemónica na produção e divulgação do conhecimento histórico, há outras formas de transmitir a história, construir uma relação com o passado e estabelecer uma memória e uma consciência

* Marcos Cardão (marcos.cardao@gmail.com). Centro de Estudos Comparatistas, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade — 1649-004 Lisboa, Portugal.

1 Fernando Catroga et al., eds., *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica* (Lisboa: Temas e Debates, 1998); António Hespanha, “A História na cultura portuguesa contemporânea”, in *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, coord. Fernando Peres (Porto: Edições Afrontamento; Porto: Fundação Serralves, 2002), 325-50; Sérgio Campos Matos, *Consciência histórica e nacionalismo: Portugal – séculos XIX e XX* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008).

nacional. Por exemplo, através dos media e da cultura popular, que permitem “desafiar a hegemonia da universidade enquanto produtora e disseminadora de investigação e conhecimento, criando instituições paralelas que desempenham a mesma função em relação ao passado”². Os media oferecem novas formas de “expressão histórica”³ e deslocam a história das suas fontes habituais, sobretudo escritas e impressas.

Além de criar um novo sujeito colectivo – os espectadores de televisão são considerados a “maior comunidade imaginada do mundo”⁴ –, a televisão é provavelmente o meio de comunicação de massas mais eficaz a permitir a construção de uma memória colectiva comum, a fomentar a consciência nacional e a reforçar a imaginação nacional. Seja através dos noticiários diários⁵, que permitem imaginar a simultaneidade temporal e garantir a homogeneidade territorial de um país⁶; da ficção seriada⁷, ou através de programas de divulgação histórica e cultural ou educacionais⁸.

A capacidade da televisão para apelar a um conjunto diversificado de públicos, e transmitir e popularizar a memória e consciência histórica, terá contribuído para relativizar as divisões estabelecidas pela historiografia entre história e ficção, imaginação e realidade, verdade e falsidade, ou a ordenação de uma narrativa seguindo um princípio de ordem e coerência, com um início, meio e fim. Com efeito, os programas

2 Dipesh Chakrabarty, “A Global and Multicultural Discipline of History?”. *History and Theory* 45 (2006): 101-09.

3 Tessa Morris-Suzuki, *The Past Within Us. Media, Memory, History* (London/ New York: Verso, 2005).

4 John Fiske and John Hartley, *Reading television* (London/New York: Routledge, 2003), xvi.

5 David Morley and Charlotte Brunsdon, *The Nationwide Television Studies* (London/New York: Routledge, 2005).

6 A existência de um espaço mediático comum funciona como mediador da realidade nacional e permite conferir um carácter fixo e uniformizado à língua, cultura e geografia de um país. Segundo Benedict Anderson, “[the press] creates this extraordinary mass ceremony: the almost precisely simultaneous consumption (‘imagining’) of the newspaper-as-fiction. We know that particular morning and evening editions will overwhelmingly be consumed between this hour and that, only on this day, not that”. Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (London/New York: Verso, 2005), 35.

7 Lila Abu-Lughod, *Dramas of nationhood: the politics of television in Egypt* (Chicago/London: The University of Chicago Press, 2004).

8 Raymond Williams, *Television. Technology and cultural form* (London/New York: Routledge, 2003), 51.

de divulgação histórica e cultural permitem levantar um conjunto de questões sobre as formas de representação e transmissão da história, nomeadamente questionar o modo como os historiadores constroem a sua visão do passado, que figuras literárias ou de retórica utilizam, ou quais são as suas “ficções da representação factual”⁹. A par de problematizar as divisões entre história e ficção, sobretudo porque contém características verbais que geram uma sensação de contacto imediato com o passado, a televisão tende a transformar a investigação histórica em guião de televisão e montagem televisiva, que é vista como um artifício técnico e está nos antípodas do ofício historiográfico. Em vez do valor e qualidade da escrita, os programas de divulgação histórica e cultural mostram como a performance – uma dimensão extratextual que engloba os modos de comunicar, postura, gestualidade e estratégias discursivas – é um elemento essencial para contar e transmitir uma história em televisão.

Se na historiografia os modos de expor o argumento (“emplotment”) são essenciais para organizar os dados dispersos, construir uma narrativa e dar sentido a uma história¹⁰, dentro do campo televisivo, em especial nos programas de divulgação cultural, as figuras literárias e poéticas devem ajustar-se à dimensão visual e performativa, uma componente central para transmitir uma mensagem eficaz e apelativa ao espectador.

As investigações históricas sobre a “memória da nação”¹¹; sobre o impacto da cultura popular de matriz rural na abordagem de temas

9 De acordo com Hayden White: “Historians are concerned with events which can be assigned to specific time-space locations, events which are (or were) in principle observable or perceivable, whereas imaginative writers —poets, novelists, playwrights— are concerned with both these kinds of events and imagined, hypothetical, or invented ones. The nature of the kinds of events with which historians and imaginative writers are concerned is not the issue. What should interest us in the discussion of “the literature of fact” or, as I have chosen to call it, “the fictions of factual representation” is the extent to which the discourse of the historian and that of the imaginative writer overlap, resemble, or correspond with each other”. Hayden White, *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978), 121.

10 Segundo Hayden White, “Providing the meaning of a story by identifying the kind of story that has been told is called explanation by emplotment. [...] Emplotment is the way by which a sequence of events fashioned into a story is gradually revealed to be a story of particular kind”. Hayden White, *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe* (Baltimore: Johns Hopkins University Press), 7.

11 Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, *A Memória da Nação* (Lisboa: Sá da Costa, 1991).

relacionados com a identidade portuguesa¹²; sobre o modo como se imaginou um nacionalismo comunista¹³; os estudos sobre o nacionalismo enquanto construção literária¹⁴; ou as sínteses sócio-históricas sobre a identidade nacional¹⁵ abriram novos horizontes aos estudos sobre o nacionalismo português.

Apesar da riqueza e diversidade dos trabalhos mencionados, os estudos sobre o nacionalismo português ainda não foram efectuados a partir dos discursos e representações da cultura popular urbana e, especificamente, a partir de objectos da cultura audiovisual, neste caso a televisão. Um meio de comunicação de massas que à partida chega a mais pessoas e que permite desafiar a ideia de que a linguagem e a escrita são as expressões mais importantes da vida cultural. Paralelamente, a televisão permite desfazer a ideia de que os documentos impressos são mais significativos sob o ponto vista interpretativo, colocando ainda em causa a ideia de que a análise de imagens é uma área de especialização, enquanto a análise textual é uma prática comum, uma vez que se supõe que os textos escritos fazem parte da cultura geral.

À excepção de algumas obras já publicadas¹⁶, a televisão ainda não foi objecto de um trabalho historiográfico de fôlego, capaz de inserir nas mudanças estruturais verificadas na cultura em Portugal na segunda metade do século XX. Do mesmo modo, a inexistência dos chamados “estudos televisivos” em Portugal, uma área disciplinar estabelecida em diversos contextos académicos, com programas de pesquisa autónomos e revistas científicas, impossibilita uma visão mais detalhada sobre o fenómeno e deixa sem resposta uma série de questões:

12 João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional* (Lisboa: Dom Quixote, 2000).

13 José Neves, *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história no século XX* (Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2008).

14 Luís Trindade, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O Salazarismo entre a Literatura e a Política* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008).

15 José Manuel Sobral, *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional* (Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012).

16 Francisco Rui Cádima, *O Fenómeno Televisivo* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996); Nuno Brandão, *O Espectáculo das Notícias: a televisão generalista e a abertura dos telejornais* (Lisboa: Editorial Notícias, 2002).

será que os meios audiovisuais podem produzir formas de conhecimento alternativas ao discurso historiográfico tradicional? De que modo os meios audiovisuais afectam a relação entre historiografia, fontes e arquivos? Pode a investigação histórica ser traduzida para meios audiovisuais sem “prejuízo” da inteligibilidade, coerência e consistência do conhecimento histórico? Por outro lado, como é que os meios audiovisuais, aparentemente instantâneos e automáticos, condicionam a consciência histórica e as percepções da temporalidade, que separam passado, presente e futuro?

De natureza exploratória, este artigo pretende contornar a secundarização dos objectos audiovisuais no campo historiográfico e avançar novas hipóteses interpretativas para o estudo da programação da CNCDP a partir da análise do programa televisivo “A Grande Aventura”. Não se pretende extrapolar a análise de um programa específico para tecer considerações gerais sobre a programação da CNCDP, que possui um vasto espólio disponível em diversos formatos e suportes, nem sugerir que o programa inaugurou ou transformou a forma de divulgar televisivamente a história da expansão portuguesa, mas antes apresentar uma via possível para apreciar a mediatização da temática dos Descobrimentos no período democrático e pós-colonial.

O programa “A Grande Aventura” foi consultado integralmente no portal RTP Arquivos, a plataforma de acesso público dos arquivos audiovisuais da RTP, criada em Março de 2017. A possibilidade de aceder pela primeira vez ao arquivo de sons e imagens da RTP, visionar parte da programação da Comissão e colocar em perspectiva o trabalho de um autor com grande visibilidade mediática, como José Hermano Saraiva, um dos divulgadores mais populares da história de Portugal cuja obra é sobretudo “audiovisual”, constitui uma oportunidade para encetar uma (re)interpretação historiográfica de uma temática específica, sem recorrer às fontes escritas ou impressas que costumam ocupar um lugar central no campo da historiografia.

Um dos objectivos do artigo é iniciar um trabalho historiográfico que questione a presença dos Descobrimentos na história e cultura portuguesas, convocando fontes audiovisuais para analisar a transmissão

e divulgação da história num programa televisivo sobre a temática da expansão portuguesa. Um programa que pretendia ser simultaneamente científico e rigoroso, o que era assegurado por um conselho científico, além de acessível ao público e eficiente sob o ponto vista comunicativo. Paralelamente, o artigo pretende contemplar a importância da temática dos Descobrimentos nas representações da identidade nacional e verificar como as narrativas e a performance de José Hermano Saraiva terão favorecido a sua disseminação e popularização.

A Comissão (CNCDP)

A tendência para considerar a história de Portugal como uma história doméstica e unicamente europeia tende a relegar a história colonial portuguesa para uma dimensão extraterritorial, e aparentemente episódica ou encerrada num passado distante. Este esquecimento selectivo, ou subalternização, da temática colonial obscurece o facto de a história da Europa e dos impérios europeus ter sido construída através de múltiplos processos de conquista, colonização e trocas culturais¹⁷. Ou seja, o colonialismo não foi um epifenómeno do passado sem efeitos duradouros no presente, nomeadamente no campo das representações identitárias, “cultura e conhecimento”¹⁸. O processo de redefinição identitária originado pela integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia terá acentuado a separação entre uma história doméstica e outra extraterritorial, vista como uma espécie de excrescência do passado colonial. Uma separação que reproduz, porventura de forma involuntária, o binário metrópole/colónia produzido no âmbito do sistema colonial.

A história da expansão, em que a relação dinâmica entre a esfera doméstica ou europeia e a imperial era contemplada, só reapareceu en-

17 David Armitage, *The Ideological Origins of the British Empire* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000), 14.

18 Segundo Sanjay Seth, “onde o pós-colonialismo acrescenta alguma coisa à nossa compreensão – e esta é uma afirmação tanto teórica quanto histórica – é quando dirige a nossa atenção para o facto de que o encontro colonial também produziu efeitos duradouros em outros domínios, incluindo a cultura e o conhecimento”. Sanjay Seth, “Pós-colonialismo e a história do nacionalismo anticolonial”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 7 (2018): 45-75.

quanto disciplina autónoma em meados da década de 1980, em grande medida por causa da programação da CNCDP¹⁹. Ainda insuficientemente trabalhada pela historiografia, continua a não existir uma visão detalhada sobre a programação da CNCDP, nem propostas interpretativas que reflectam sobre o seu alcance e possíveis limitações. Faltam, por exemplo, estudos sobre a recepção da programação para perceber como ela foi interpretada, apropriada e eventualmente reescrita pelo público. Importaria ainda questionar se a programação foi efectivamente plural, aberta a pontos de vista não europeus, e se procurou entender os “outros” fora dos paradigmas da interculturalidade ou da comunicação transcultural. Interrogar se a diferença cultural foi efectivamente trabalhada em vez de subsumida ou superada. Ou se foram questionadas as limitações de algumas categorias conceptuais, que tendem a produzir semelhanças e identidades e a estabelecer analogias de modo a suprimir as diferenças.

Os Descobrimentos ocupam um lugar de relevo na historiografia portuguesa e no imaginário nacional. Não obstante a importância de outras temáticas constitutivas da identidade nacional, como a valorização histórica da cruzada, a matriz rural portuguesa, a decadência e o atraso relativamente a outros países europeus, ou as relações de proximidade e afastamento com Espanha, os Descobrimentos foram provavelmente a temática da identidade nacional mais trabalhada na década de 1980. Ela ganhou proeminência com o ciclo comemorativo iniciado com a criação da CNCDP em 1986 e, posteriormente, através da projecção mediática com a realização da Expo 98, cujo lema era “Os Oceanos – um Património para o Futuro”. A Exposição Universal de Lisboa contribuiu para reavivar o papel dos oceanos nos discursos e representações da identidade nacional, um tema propenso a várias representações e que conduziu à criação de várias figuras arquetípicas, entre as quais o marineiro, o navegador, o viajante, o aventureiro ou o descobridor²⁰.

19 Ângela Barreto Xavier, “Tendências na historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre o destino da História Social”. *Penélope 2* (2000): 141-79.

20 Claudino Cristóvão Ferreira, *A Expo 98 e os Imaginários do Portugal Contemporâneo. Cultural, Celebração e Políticas da Representação* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006).

Também nos anos 80, surgiu no campo da música popular portuguesa uma nova corrente musical que foi transversal aos principais movimentos estéticos da época, quer o denominado “rock português”, visível na proliferação de bandas pop-rock que cantavam em português; quer a chamada “música moderna portuguesa”, que deu origem a estilos musicais alternativos na segunda metade dos anos 80. A nova corrente musical distinguiu-se por veicular narrativas e performances que efectuavam uma leitura parcial da História de Portugal, mais próxima da celebração nacionalista do que de uma releitura crítica. A emergência desta nova corrente, presente em bandas como os Heróis do Mar ou os Da Vinci²¹, evidencia a forma como a cultura pop concedeu um espaço importante à dimensão histórica e imperial do país²², sendo também ela sintomática da deslocação das discussões sobre a identidade nacional do campo erudito para o campo da cultura popular.

Semelhante à iniciativa levada a cabo pelo Estado espanhol, que criou uma comissão em 1981 para comemorar o Quinto Centenário do Descobrimento das Américas, conduzindo à organização da Exposição Mundial de 1992 em Sevilha, a CNCDP desdobrou-se em iniciativas para celebrar os quinhentos anos dos Descobrimientos portugueses. Nomeadamente através do incentivo à investigação científica sobre o período, materializado em traduções, reedições, publicação de fontes e bibliografia, colóquios e conferências – que possibilitaram, por exemplo, uma conferência de Edward Said em Portugal, por ocasião do encerramento das Conferências de Arrábida em Outubro de 1998²³ –,

21 A banda pop Da Vinci venceu o Festival RTP da Canção de 1989 com o tema “Conquistador”. Em entrevista à revista *TV Guia* (publicação oficial da RTP) os seus membros referiam que a letra da canção, cujo refrão dizia “Já fui ao Brasil, Praia e Bissau, Angola, Moçambique, Goa e Macau. Ai, fui até Timor, já fui um conquistador”, fora sugestionado pelo programa de José Hermano Saraiva, “A Grande Aventura” e pelas comemorações oficiais dos Descobrimientos: “Quisemos fazer um poema que evocasse de alguma forma a expansão portuguesa”, ver Luísa Leitão, “Da Vinci: o público compreendeu a nossa aposta”, *TV Guia*, Março 18, 1989, 9. Ver Marcos Cardão, “Foram oceanos de amor. Os Descobrimientos Portugueses na cultura pop dos anos 80”. *Portuguese Studies Review* 26, n.º 1 (2018): 99-148.

22 Luís Trindade, “Dividing the Waters: The sea in Portuguese post-revolutionary popular music”. *Portuguese Journal of Social Science*, 14, n.º 3 (2015): 287-301.

23 Segundo Ângela Barreto Xavier, a CNCDP “dominou inquestionavelmente não só o financiamento de projectos de investigação como ainda a economia do mercado editorial português sobre estes temas”. Ângela Barreto Xavier, “Tendências na historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre o destino da História Social”. *Penélope* 2 (2000): 143.

protocolos assinados com os países de língua oficial portuguesa para a identificação e recuperação de património cultural comum, a emissão de moedas e selos comemorativos, manifestações desportivas, espectáculos, exposições, entre outras actividades culturais.

O primeiro comissário-geral da CNCDP, Vasco Graça Moura, que ocupou o cargo entre 1988 e 1995, afirmou no primeiro número da revista *Oceanos* – boletim de informação da Comissão dirigido por António Mega Ferreira e que foi editado entre 1989 e 2002 – que pretendia elaborar um programa de comemorações abrangente e “sem nostalgias de império ou de proezas guerreiras, consciente de que proporcionou o que é mais importante: as bases culturais e civilizacionais que aproximam a Europa dos outros continentes”²⁴.

A concepção de um programa multifacetado e, idealmente, sem nostalgias passadistas era a forma de a Comissão se distanciar das principais exposições históricas realizadas no âmbito do Estado Novo: a Exposição do Mundo Português (1940) e as Comemorações Henriquinas (1960), tendo ambas sintetizado as ambições colonialistas do regime autoritário. A primeira, a celebração da acção colonial dos portugueses e do imperativo da missão civilizadora, etnocêntrica e imperialista; a segunda, a afirmação do cariz multirracial e os supostos princípios generosos da colonização portuguesa, de acordo com os postulados integradores associados ao luso-tropicalismo²⁵.

Ainda que a CNCDP não pretendesse fazer comemorações retóricas nem saudosistas, e rejeitasse realizar uma hagiografia dos Descobrimentos²⁶, a ideia do pioneirismo português esteve presente em diversas

24 Vasco Graça Moura, “Editorial”. *Oceanos* 1 (1989): 9.

25 Marcos Cardão, *Fado Tropical. O luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)* (Lisboa: Edições Unipop, 2014).

26 Faltaria fazer um estudo aprofundado sobre a programação da Comissão e, principalmente, verificar qual o papel desempenhado pelos vários comissários-gerais para perceber melhor qual foi o sentido, científico e político, dado às comemorações. Por exemplo, António Manuel Hespanha, comissário-geral para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses entre 1995 e 1999, era claro em caracterizar o tipo de comemorações que pretendia: “Voltando às comemorações e aos heróis, o mal não é tê-los [...]. O mal é o carácter unilateral e enviesado da sua escolha e da sua construção. É o facto de eles construírem imagens obsessivas, que ocultam perspectivas diferentes e nos encerram em lições morais parciais, simplificadoras e pobres”. António Hespanha, *Há 500 anos. Balanço de três anos de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*

iniciativas. Nomeadamente quando se tratava de enaltecer o pioneirismo português na modernidade científica, um tópico que estaria em consonância com a tarefa de educação cívica no período democrático e pós-colonial, ou para celebrar o papel de Portugal na abertura ao mundo, no diálogo entre culturas e como catalisador do multiculturalismo²⁷.

Não obstante a intenção de renovar e complexificar o conhecimento sobre os Descobrimentos, e reforçar uma atitude crítica para prevenir a manipulação político-ideológica da história, a vontade de alcançar o grande público através de iniciativas que extravasassem o campo científico terá conduzido a formas variadas de reconfigurar os propósitos críticos da Comissão. A intenção de alcançar o grande público estava em sintonia com o programa oficial do XI Governo Constitucional, que tinha como primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva, no qual se afirmava a vontade de ter uma programação abrangente que não se resumisse às cerimónias formais:

“As comemorações não constarão somente de cerimónias formais. A intenção principal é mostrar ao Mundo e, especialmente, aos Portugueses o que foi uma grande operação científica, organizada de modo eficaz, mobilizando os conhecimentos ao tempo mais avançados e contribuindo simultaneamente para o desbravar do Mundo e da Ciência. [...] Todas as vertentes dos Descobrimentos são importantes, mas são aquelas que hoje nos podem servir de inspiração para um novo estímulo do nosso processo de desenvolvimento e para a mobilização dos portugueses, em especial dos jovens, que devem ser as mais enaltecidas²⁸.”

(Lisboa: Comissão dos Descobrimentos, 1999), 9. Em entrevista dada ao historiador Pedro Cardim, António Hespanha fez um novo balanço sobre o seu trabalho na Comissão, afirmando: “O trabalho na Comissão dos Descobrimentos era muito diferente, basicamente, “desintoxicação” historiográfica, pela renovação e complexificação do saber sobre a expansão portuguesa, a diplomacia cultural e o serviço público na área da cultura”, ver Pedro Cardim, “Entrevista a António Manuel Hespanha”. *Análise Social* XLVI, n.º 200 (2001): 440.

²⁷ Ver, por exemplo, o livro publicado pela CNCDP de Luís Filipe Barreto, *Portugal na Abertura do Mundo* (Lisboa: CNCDP, 1997), editado igualmente em castelhano, inglês, alemão, chinês e italiano, que constitui uma síntese impressa da exposição itinerante “Portugal na abertura do mundo”, inaugurada no Museu dos Jerónimos em 1989.

²⁸ Programa do XI Governo Constitucional. Disponível em <<https://www.portugal.gov.pt/media/464039/GC11.pdf>>, acessado em Maio de 2018.

Dentro das iniciativas direccionadas a um público mais vasto constavam as provas desportivas, incluindo os desportos náuticos, ou o patrocínio à Volta a Portugal em Bicicleta, cujas etapas ganharam o nome de navegadores portugueses. A Comissão financiou também a publicação de fonogramas cuja temática incidia sobre os Descobrimentos, entre os quais, o fonograma de Rui Veloso, “Auto da Pimenta” (1991), cujas letras procuravam desmistificar a mitologia associada à gesta heróica dos portugueses; o fonograma de Mário Laginha e Maria João, “Cor” (1998), que foi uma encomenda oficial da Comissão para assinalar os quinhentos anos da chegada de Vasco da Gama à Índia; e, dos mesmos músicos, o fonograma “Chorinho Feliz” (2000), com o intuito de assinalar os quinhentos anos da descoberta do Brasil.

No campo da música erudita, a Comissão encomendou ao compositor Philip Glass uma ópera sobre Vasco da Gama e as suas viagens, intitulada “White Raven”, cujo libreto ficou a cargo da escritora Luísa Costa Gomes; e ao compositor Emanuel Nunes a obra “Machina Mundi”, baseada numa adaptação livre de *Os Lusíadas*, que foi estreada na Gulbenkian, com transmissão directa para 14 países europeus.

A política editorial apostou igualmente na abrangência de públicos, contemplando especificamente o público juvenil, com a revista *Na Crista da Onda*, que incluía textos de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada; a revista *Oceanos*, o boletim informativo da Comissão, que abordava temas variados e pretendia chegar a um público mais vasto; a revista *Mare Liberum*, sobre a história dos mares e com um cariz científico; a série de livros “Sínteses da Cultura Portuguesa”, editada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda e destinada a um público erudito; e outras obras de divulgação com componente didáctico-pedagógica, que incluía o patrocínio de programas televisivos de divulgação histórico-cultural, como o já mencionado programa “A Grande Aventura”, da autoria de José Hermano Saraiva; além das acções coordenadas por um grupo de trabalho do Ministério da Educação, que visava sensibilizar professores e alunos para a temática dos Descobrimentos²⁹.

29 António de Oliveira, “The Activities of the CNCDP: A preliminary assessment”. *E-Journal of Portuguese History* 1, n.º 1 (2003): 1-12.

No campo historiográfico, a Comissão abriu espaço a uma revisão das imagens tradicionais dos Descobrimentos, procurando erradicar os mitos da vocação ecuménica dos portugueses e afastar o vocabulário denodadamente nacionalista, como “espírito de missão”, cruzada, civilização ocidental, heroísmo, epopeia, etc.³⁰. Porém, a revisão historiográfica não terá impedido a proliferação de releituras nacionalistas, nem a reconfiguração de significados das iniciativas da Comissão. Entre a actualização historiográfica, a recusa da propaganda nacionalista e a tentativa de promover celebrações consentâneas com uma ideia de modernidade, com as suas assunções epistémicas, a Comissão não terá conseguido evitar declinações nacionalistas, especialmente em iniciativas que pretendiam alcançar o grande público. Nomeadamente através da grande exposição itinerante, intitulada “Portugal na abertura do mundo”, inaugurada no Museu dos Jerónimos em 1989, cujo espaço expositivo estava dividido em salas que conduziam os visitantes desde a “Idade dos mundos fechados”, passando pelo “Sentido dos Descobrimentos”, até chegar à sala do “Encontro dos mundos”³¹.

José Hermano Saraiva

A CNCDP terá pautado a sua programação pela revisão das narrativas nacionalistas dos Descobrimentos que, todavia, não impediu a reprodução de narrativas nacionalistas. Designadamente através do programa televisivo “A Grande Aventura”, que terá contribuído para renovar os modos de transmissão da história, reforçando a sua mediatização, mas também para nacionalizar parcialmente a sua interpretação, sobretudo com o uso de expressões como a celebração do passado histórico, o orgulho em ser português, ou a proliferação de formas pronominais.

Antes de se tornar uma celebridade mediática, José Hermano Saraiva (1919-2012) foi advogado, historiador, diplomata e professor de liceu, integrando depois o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

30 Fernando Catroga et al., eds., *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica* (Lisboa: Temas e Debates, 1998), 301.

31 Ver o artigo sobre a exposição “Portugal na Abertura do Mundo” em *Oceanos* 14 (1993): 16.

na como docente. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Exerceu cargos políticos importantes durante o Estado Novo, como director da Campanha Nacional de Educação de Adultos, vereador da cultura na Câmara Municipal de Lisboa (1957-1961), deputado à Assembleia Nacional, procurador da Câmara Corporativa, ministro da Educação (1968-1970) ou embaixador de Portugal no Brasil (1971-1974). José Hermano Saraiva foi igualmente membro da Academia Portuguesa das Ciências, da Academia Portuguesa de História e da Academia da Marinha.

José Hermano Saraiva construiu ao longo dos anos uma forte imagem pública devido à presença regular em programas televisivos de divulgação histórica. Não obstante as reservas por parte da comunidade académica, que criticou o modo impressionista de José Hermano Saraiva narrar a história de Portugal, a eficácia comunicativa, o sentido coreográfico e a encenação dramática colocada nos seus programas televisivos terá cativado gerações sucessivas de espectadores.

José Hermano Saraiva realizou o seu primeiro programa televisivo em 1971, intitulado “O Tempo e a Alma”, e manteve a actividade de apresentador de programas televisivos de forma quase ininterrupta até 2011, um ano antes de falecer. Foram da sua autoria programas como “Gente de Paz” (1978), “Coisas do Mundo” (1980), “A Grande Aventura” (1989), “A Bruma da Memória” (1993), “Histórias que o Tempo Apagou” (1994), “Lendas e Narrativas” (1995), “Horizontes da Memória” (1996-2003) e “A Alma e a Gente” (2003-2011), entre outros.

No campo editorial, José Hermano Saraiva publicou *A crise da família e o problema da habitação* (1967), *Aspirações e contradições da pedagogia contemporânea* (1971), *História Concisa de Portugal* (1978), *História de Portugal*, em seis volumes (1984-1985) e *Diário da História de Portugal* (1992-1994), entre outros.

O livro *História Concisa de Portugal* é ainda hoje um dos maiores sucessos editoriais na área da divulgação histórica, contando já com 25 edições e cerca de 180 mil exemplares vendidos. Editado pela primeira vez em 1978, com direito a uma publicação especial em 1979, destinada

às comemorações oficiais do Dia de Portugal, o livro foi traduzido em espanhol, italiano, alemão, búlgaro e chinês. A obra ilustra uma nova forma de escrever e transmitir a história, que privilegia a síntese em vez de uma investigação histórica de fundo, cujo intuito seria descrever apenas os acontecimentos mais importantes através de uma escrita concisa, acessível e abrangente em termos de público.

Como sugeria o próprio José Hermano Saraiva, que apresentou a *História Concisa de Portugal* no programa televisivo “A Ideia e a Imagem”, da autoria do escritor Álvaro Manuel Machado, a obra não era uma obra de investigação, mas sim um livro de síntese, de “leitura simples”, acrescentando em seguida que poucos portugueses tinham “tempo e dinheiro para comprar livros”³². A propósito da preponderância da cultura escrita e impressa, José Hermano Saraiva referiu também que a cultura era um privilégio de poucos no século XVI mas que devia ser um direito de todos no século XX. Salientou ainda que a cultura não se adquiria somente através do livro, havia meios de comunicação modernos que também a podiam transmitir. As reflexões de José Hermano Saraiva sobre o futuro do livro após a emergência dos meios audiovisuais foram sintetizadas no artigo “A crise do livro?”, no qual escrevia:

“A televisão passeia-nos por todo o mundo dentro das paredes da nossa própria casa, pode ensinar-nos tudo – desde a extensão universitária até às delícias culinárias, sem em troca nos pedir nada, nem sequer o esforço de abrir a página. [...] Tudo isto constitui uma revolução na comunicação, e desvenda horizontes novos à cultura”³³.

32 O programa “A Ideia e a Imagem” foi emitido pela RTP entre 1976 e 1978 e abordava temas de literatura, incluindo perfis de diversos autores, e de algumas edições literárias recentes. O programa em que José Hermano Saraiva apresenta a *História Concisa de Portugal* foi emitido a 23 de Março de 1978 e está disponível em <<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/jose-hermano-saraiva-apresenta-a-historia-concisa-de-portugal/#sthash.Jac7JPEI.Tp5HwD14.dpbs>> (acedido em Outubro de 2017).

33 José Hermano Saraiva, *Outras maneiras de ver* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1979), 150.

Filiando-se numa concepção positivista da história, José Hermano Saraiva afirmava na introdução da *História Concisa de Portugal* que este não era composto por palavras vãs, “mas um livro sobre factos. Não um argumento mais num ruidoso debate, mas um instrumento de que havia falta”³⁴. Aparentemente, o intuito do autor seria libertar a história da indeterminação das palavras, dos dissensos interpretativos ou dos enviesamentos ideológicos, bem como dos excessos eruditos. O autor dizia que pretendia fazer um “livro que não demorasse muito tempo a ler, mas desse uma imagem global da evolução histórica do povo português”³⁵. Numa história preenchida idealmente com “factos históricos”, que não contivesse mais do que o essencial, não haveria lugar para enigmas, incertezas, paradoxos ou contradições. O objectivo seria fixar a atenção dos leitores nos principais temas da história nacional, e fazê-lo com algum zelo programático.

Foi por intermédio de Vasco Graça Moura, nomeado director de programas da RTP 1 em 1978, que José Hermano Saraiva regressou à televisão com o programa “Gente de Paz”. A propósito deste programa, José Hermano Saraiva afirmou ao semanário *O Jornal* que “inicialmente, o programa visava sentir aos portugueses todas as enormes capacidades do povo português”³⁶.

Numa outra entrevista, desta feita publicada no semanário *Se7e*, José Hermano Saraiva enunciava o regresso de temáticas como a portugalidade, salientando como esta podia ser um antídoto contra os antagonismos políticos: “Todos nós podemos ser isto, aquilo, aqueloutro, ter aqueles rótulos que se põem às pessoas. Mas somos todos portugueses”³⁷. O autor passou igualmente a ser colunista convidado da *TV Guia*, a publicação oficial da RTP, para a qual escreveu dezenas de artigos, avançando num deles a ideia de que “a história também pode

34 José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1979), 16.

35 José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1979), 15.

36 S/a, *O Jornal*, Janeiro 12, 1979, 33.

37 José Hermano Saraiva, “Gente de paz é o povo em que eu acredito”. *Se7e*, Outubro 26, 1978, s/p.

ser um espectáculo de TV³⁸. Em 1979, o jornal *Expresso* elegeu o cineasta Manoel de Oliveira como a personalidade nacional do ano, que teve como concorrente José Hermano Saraiva, uma figura que gozava de grande visibilidade mediática no final da década de 1970.

As emissoras de televisão procuram encontrar uma solução de compromisso entre os desígnios públicos e as lógicas comerciais. Os programas de divulgação cultural encarregar-se-iam à partida de cumprir os imperativos de serviço público, abarcando um conjunto de características e convenções formais. Designadamente serem eficientes sob o ponto de vista comunicativo, que se traduzia no esforço de transpor os conteúdos científicos ou culturais para uma linguagem dita acessível, com sentido pedagógico e didáctico. Tendo já apresentado vários programas de divulgação histórica, José Hermano Saraiva parecia reunir os requisitos necessários para apresentar mais um programa televisivo, este incidindo especificamente sobre a história dos Descobrimentos. José Hermano Saraiva reconheceu desde cedo a importância da televisão enquanto novo mediador da vida cultural, servindo-se da sua capacidade de comunicador para veicular uma história que não prescindia de uma retórica nacionalista. Notória nos programas que abordavam directamente os Descobrimentos, uma temática central no capítulo das representações da identidade nacional. Nomeadamente em programas como “Gente de Paz”, “A Grande Aventura”, “Heróis do Mar, Nobre Povo”, inserida na série “Horizontes da Memória”, “A Alma e Gente”, ou o programa “Lisboa dos Descobrimentos”, inserido na série “História de Cidades”, emitida pela RTP em 1988, na qual se revisitavam alguns marcos simbólicos do período³⁹.

Os programas de José Hermano Saraiva não foram os únicos a abordar a temática dos Descobrimentos na programação da RTP. Esta foi abordada por diversas vezes, por exemplo, no programa “Este Por-

38 José Hermano Saraiva, *TV Guia*, Janeiro 4, 1980, 6-7.

39 O programa “Lisboa dos Descobrimentos” tinha como ponto de partida a importância histórica dos Descobrimentos na cidade de Lisboa. O programa está disponível em <<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/lisboa-dos-descobrimentos/#sthash.fM8L2ODB.dpbs>> (acedido em Março de 2018).

tugal que Somos” (1978), da autoria de António José Saraiva; “Mare Nostrum, Pátria Nostra” (1982), da autoria de Rui de Vilhena Roque, que pretendia dar uma visão abrangente da relação de Portugal com o mar ao longo dos séculos; o programa “A Epopeia dos Descobrimentos Portugueses” (1988), apresentado por Manuel Joaquim Gandra e António Carlos Carvalho; ou o programa “Avenida Brasil” (2000), da autoria de Francisco José Viegas e Rui Mateus, produzido em colaboração com a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses quinhentos anos depois da chegada dos portugueses ao Brasil.

“A Grande Aventura”

As discussões em torno do “género” foram indissociáveis da emergência de novas formas de cultura popular, tornando-se uma categoria relevante para distinguir e caracterizar diversas formas culturais⁴⁰. A classificação e organização dos programas televisivos por género facilitam a identificação dos códigos e convenções que os caracterizam.⁴¹ Cada programa televisivo integra-se num género específico e dispõe de formas, padrões e características particulares que o singularizam. Os elementos definidores de cada género são determinantes para estabelecer uma relação entre os espectadores, que possuem um entendimento genérico sobre as características de cada género, neste caso, um entendimento sobre as características de um programa em específico. Ou seja, a categoria de género insere-se numa teia que inclui a produção, circulação e significação, que fazem do género não apenas uma característica formal de um programa, mas também um entendimento que os espectadores fazem dele.

O programa “A Grande Aventura” integrava-se no âmbito dos programas de divulgação histórica e dispunha de códigos e convenções facilmente identificáveis pelos espectadores. Ou seja, o programa fazia parte de um género específico, que lhe conferia sentido e coerência

40 Fabian Holt, *Genre in popular music* (Londres/Chicago: University of Chicago Press, 2007), 2.

41 Jason Mittell, “A Cultural Approach to Television Genre”. *Theory Cinema Journal* 40, n.º 3 (Spring, 2001): 3-24.

formal, além de funcionar como um ponto de convergência para certos tipos de comunicação e discurso.

Financiado pela CNCDP e exibido pela RTP em 1989, o programa foi uma forma de divulgar e transmitir a história dos Descobrimentos no campo audiovisual. O programa pretendia identificar as causas e os efeitos dos Descobrimentos, percorrendo ao longo dos oito episódios uma parte significativa das rotas da expansão portuguesa, com a maioria das filmagens a decorrer nos locais mencionados na narrativa, e explicar as suas causas, motivações e consequências.

Da autoria e apresentação de José Hermano Saraiva, o programa “A Grande Aventura” tinha a colaboração científica dos Professores Luís Albuquerque, Veiga Simão e Filipe Mendes Quinto; Mário de Carvalho como director de fotografia; e a realização a cargo de Fernando Garcia, fundador do jornal *A Capital*, que trabalhou igualmente como locutor, produtor e apresentador na Emissora Nacional e na RTP, além de escrever livros, entre os quais, *Meu Nome é Eusébio* (1967), uma (auto)biografia do jogador traduzida em várias línguas e publicada pela Routledge na Grã-Bretanha⁴².

O genérico inicial do programa continha a imagem de uma caravela com a bandeira da cruz de Cristo em miniatura a despontar do nevoeiro, simulado com um nebulizador (uma máquina de produzir fumo), um mapa com as rotas antigas da expansão, uma bússola, uma ilustração da rosa-dos-ventos e imagens do mar.

O primeiro episódio da série intitulava-se “Caminhos no Mar”; e seguiam-se “A Vontade do Infante” (dividido em duas partes); “Ceuta” (dividido em duas partes); “Madeira” (dividido em duas partes); “Açores” (dividido em duas partes); “Cabo Verde” (dividido em duas partes); “O Plano das Índias” (dividido em duas partes);

O primeiro episódio, “Caminhos no Mar”, começava com uma sequência de José Hermano Saraiva a bordo do veleiro “Creoula”, um antigo navio bacalhoeiro, a falar da importância dos Descobrimentos

42 Marcos Cardão, “Um significante instrumental. Eusébio e a banalização do luso-tropicalismo na década de 1960”, in *Esporte, Cultura, Nação, Estado – Brasil e Portugal*, org. Victor Andrade de Melo et al. (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014), 172-87.

no contexto da sua época, citando para o efeito um longo trecho de *Os Lusíadas*, lido de forma pausada e com sentido dramático. Usando abundantemente formas pronominais, como o pronome pessoal “nós”, que convidava à identificação dos espectadores com a história que era contada em vez de optar por um distanciamento crítico⁴³, o apresentador colocava a narrativa histórica dos Descobrimentos ao serviço de uma empresa colectiva de todos os portugueses, referindo no episódio inaugural que pretendia falar de “uma viagem colectiva, a viagem que milhares de portugueses fizeram na grande aventura que foram os Descobrimentos”.

A narrativa histórica privilegiava a continuidade, a familiaridade, a identificação e evitava enveredar por grandes problematizações, sem todavia abdicar da intenção de transmitir um conhecimento especializado sobre os Descobrimentos. Mesmo evitando a aproximação aos discursos académicos ou científicos, estes eram convocados quando se procurava sustentar cientificamente uma narrativa e provar os “factos históricos” relatados, como, por exemplo, o pioneirismo científico português na descoberta do mundo. Para o efeito convocava-se o historiador Luís Albuquerque, presidente da comissão científica da CNCDP e consultor científico do programa, que corroborava a narrativa de José Hermano Saraiva com um discurso erudito e “argumentos científicos”.

No primeiro episódio descreviam-se ainda as características das caravelas, naus e barcas usadas nos Descobrimentos, recorrendo ao depoimento de comandantes de navios e veleiros, enquanto nas imagens se viam marinheiros a fazer o trabalho de bordo. Posteriormente, José Hermano Saraiva comentava o significado dos painéis de São Vicente de Fora e procurava explicar a razão do pioneirismo português em termos

43 Michael Billig refere que a utilização de formas pronominais é uma maneira de acenar (“to flag”) o nacionalismo banal: “Political speakers routinely elide first person plurals: we the speaker and audience, we the party, we the government, we the nation, we the right-thinking people, we the Western world, we the universal audience – they all slide together. The boundaries between one ‘we’ and another one are routinely and rhetorically entangled, as speakers skillfully portray a harmonious world, in which all ‘we’s speak with one voice – the speaker’s own voice. In this way, ‘we’ are integrated and directed by a pronoun which semantically integrates and directs”. Michael Billig, *Banal Nationalism* (London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications, 1991), 166.

de decisão colectiva e imperativo nacional, referindo que “a glória das Descobertas representa o prémio da nossa unanimidade”. A afirmação reenviava para uma ideia de unidade orgânica entre todos portugueses, que teriam posto de lado as divisões em nome do interesse nacional. Enquanto retratava a importância histórica dos Descobrimentos, na imagem via-se um pormenor do Padrão dos Descobrimentos, com o apresentador a identificar uma a um os rostos da chamada “íclita geração”.

O fio condutor do episódio, que de resto seria retomado nos restantes episódios, assentava na afirmação da ciência e da técnica dos portugueses, sublinhando igualmente a sua audácia e humanismo, que terá favorecido o encontro e o contacto entre diferentes povos e culturas, sem deixar de referir igualmente os custos humanos e materiais envolvidos. Sob o ponto de vista formal, privilegiava-se um estilo sintético e narrativo, como se o apresentador estivesse a narrar um acontecimento em cima da hora, sem prejuízo das pretensões de ser rigoroso e científico. Para o efeito, convocar-se-iam sistematicamente especialistas de diferentes áreas disciplinares – historiadores, vulcanólogos, marinheiros, etc. –, com o intuito de assegurar o carácter científico do programa e apresentar outros aspectos da realidade histórica.

No segundo programa da série, intitulado “A Vontade do Infante”, dedicado à figura do infante D. Henrique, descrito como o vulto “mais universal de todos os portugueses”, viam-se novamente imagens do Padrão dos Descobrimentos. Embora o programa procurasse desmontar algumas lendas, como a existência da Escola de Sagres, e enveredasse por uma visão mais balanceada da figura do infante, eram recuperados alguns tópicos associados historicamente à figura do chamado “O Navegador”. Estes haviam sido profusamente trabalhados anteriormente, por exemplo, nas Comemorações Henriquinas de 1960. O próprio Hermano Saraiva se interessaria pela figura do infante D. Henrique enquanto investigador e um dos seus primeiros artigos intitulava-se precisamente “Uma carta do Infante D. Henrique e o problema das causas da Expansão no norte de África”, publicado na revista científica *Ethnos* em 1948⁴⁴.

44 José Hermano Saraiva, “Uma carta do Infante D. Henrique e o problema das causas da Expansão no norte de África”. (Separata) *Ethnos* 3 (1948), s/p.

Realizadas entre 4 de Março e 13 de Novembro de 1960, as Comemorações Henriquinas pretendiam celebrar o quinto centenário do nascimento do infante D. Henrique e propunham-se substituir as concepções etnocêntricas e imperialistas veiculadas pela Exposição do Mundo Português por uma linguagem mais integradora e respeitadora da diferença étnica e cultural, de modo a aproximar-se do apregoado multirracismo português da propaganda política. Entre iniciativas de carácter religioso, político, científico e festivo, as Comemorações Henriquinas empreenderam uma interpretação voluntarista e heróica da história de Portugal, sobrevalorizando o papel de um só indivíduo enquanto alicerce dos Descobrimentos, paradigma da fraternidade cristã e, idealmente, desprovido de preconceito racista⁴⁵.

Mesmo evitando repetir os mitemas do nacionalismo de cariz imperialista, José Hermano Saraiva falava abertamente no orgulho em ser português e concluía o episódio sobre o infante dizendo que ele tinha sido um “herói” porque tinha conseguido mudar o curso da história. Aqui repetia-se a ideia de que seriam as grandes figuras, as suas motivações e princípios, a moldar, explicar e encerrar os desenvolvimentos históricos posteriores⁴⁶. A reabilitação de uma figura histórica, vista como providencial, era complementada com algumas mediações críticas, evitando deste modo que o programa resvalasse para a apologia nacionalista ou veiculasse uma interpretação unilateral. Por esse motivo, procurava-se também acentuar a modernidade técnico-científica dos Descobrimentos, realçar os seus efeitos universalistas e sublinhar o papel dos portugueses na abertura do mundo.

45 A propósito da comemorações henriquinas, o historiador Fernando Catroga refere: “As comemorações henriquinas constituem uma demonstração empírica do modo como a historiografia do regime interpretava predominantemente os Descobrimentos, ao mesmo tempo que revelam as permanências dos mitemas estruturantes do ideal nacionalista-imperialista português e das suas reformulações conjunturais.” Fernando Catroga, et al. (eds.), *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica* (Lisboa: Temas e Debates, 1998), 289.

46 Sobre o papel desempenhado pela acção individual no discurso historiográfico, José Neves afirma: “À semelhança do espírito do povo ou da luta de classes, a acção individual revela-se um princípio supremo de inteligibilidade da história, de tal maneira que, em muitos dos relatos historiográficos que fazem objecto de uma daquelas figuras, estas já o são antes de o serem, como se a sua identidade precedesse o processo da sua própria formação”. José Neves, org., *Quem faz a história. Ensaios sobre o Portugal Contemporâneo* (Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2016), 13.

O episódio dedicado à conquista de Ceuta mencionava a importância estratégica deste feito militar, descrevendo-o exclusivamente através da crónica realizada por Gomes Eanes de Zurara. Filmado numa praia de Ceuta, José Hermano Saraiva referia “foi aqui, foi exactamente nesta pequena praia que os portugueses deram na manhã do dia 21 de Agosto do ano de 1415 o primeiro passo no grande caminho que seria a aventura da expansão”. Depois descrevia ao pormenor a batalha para a conquista de Ceuta, mencionando que os locais estavam desarmados e se terão defendido com as pedras que existiam na praia. Numa *mise-en-scène* que procurava reconstituir no presente os acontecimentos do passado, José Hermano Saraiva colocou uma pedra na mão, de modo a encenar a forma como os locais se haviam defendido, ao mesmo tempo que narrava a batalha ocorrida para a conquista de Ceuta salientando a bravura dos “nossos rapazes” (sic).

No episódio sobre a descoberta da Madeira, José Hermano Saraiva abordava a polémica sobre se o arquipélago teria sido descoberto ou redescoberto, um tema que seria retomado no episódio sobre os Açores. Para comentar a polémica era novamente convocado o historiador Luís Albuquerque, descrito como “o especialista” que, além de reforçar com argumentos científicos parte das afirmações do apresentador, afluía também os temas mais polémicos, como a escravatura, abordado quer no episódio sobre Cabo Verde, quer no episódio sobre a chegada à Índia.

O episódio sobre Cabo Verde começava com uma imagem de José Hermano Saraiva no cockpit de um avião das Linhas Aéreas de Moçambique a falar sobre as dificuldades sentidas pelos navegadores portugueses nas rotas da expansão. Já instalado na Ilha de Santiago, Hermano Saraiva surgia rodeado de crianças cabo-verdianas e, num gesto paternalista, abria um Atlas português para descrever as rotas dos Descobrimentos, ao mesmo tempo que referia que “os portugueses na sua grande aventura deram um grande e fraterno abraço à volta de todo o mundo”, abraçando em seguida as crianças que o rodeavam.

No episódio viam-se uma série de lugares históricos de Cabo Verde, entre os quais, os locais com lápides deixadas pelos portugueses no território. O historiador cabo-verdiano Daniel Pereira, descrito como

“um ilustre erudito”, era convidado a descrever a chegada dos portugueses a Cabo Verde. Posteriormente, José Hermano Saraiva mencionava o aspecto missionário da expansão, dizendo que este dado não podia ser adulterado, sob o risco de se incorrer numa “inverdade histórica”, mesmo que, segundo o apresentador, na actualidade predominasse o chamado “pluriculturalismo” (sic), um conceito introduzido para descrever a realidade multirreligiosa existente na época contemporânea.

No episódio sobre Cabo Verde havia ainda uma série de considerações sobre a prática historiográfica, ou sobre os modos de transmissão da história, com José Hermano Saraiva a referir que os sítios que percorria e tocava ensinavam mais do que os livros de história. O apresentador mencionava também o sentido afectivo da viagem, na medida em que esta retomaria a rota dos navegadores portugueses, descritos como “os nossos antepassados”; e descrevia igualmente alguns pormenores da cultura material, referindo por exemplo que a bolacha nacional de Cabo Verde, que é a mais comercializada na actualidade, seria a mesma bolacha utilizada pelos navegadores do século XV. No mesmo episódio, José Hermano Saraiva citava ainda um texto de Padre António Vieira (1608-1697) contra o tráfico de escravos, afirmando em seguida a predisposição dos portugueses para respeitar a vida humana e os direitos humanos.

O último episódio da série, intitulado “O Plano das Índias”, dedicado ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia, iniciava com uma afirmação quase oracular de José Hermano Saraiva: “História é tempo, é uma viagem à procura do tempo.” Em vez de olhar para a história enquanto empresa cognitiva e uma forma de compreensão e entendimento do passado, a afirmação de José Hermano Saraiva aproximava-se de uma concepção exígua da história, na qual ela servia essencialmente para reforçar e dar espessura a uma representação identitária. A viagem à procura de um tempo ancestral não pretendia libertar o presente do “fardo da história”⁴⁷, mas antes afirmar a continuidade entre o passado e o presente, enveredando por um encadeamento

47 Hayden White, “The Burden of History”. *History and Theory* 5, n.º 2 (1966): 111-34.

natural entre os dois tempos em detrimento da descontinuidade e da multiplicidade. De acordo com este entendimento, a história seria um modo de gravar as lembranças do passado, um ponto de referência e reconhecimento identitário ou uma matriz primordial.

José Hermano Saraiva reafirmava posteriormente que a expansão portuguesa tinha sido um projecto científico e sistemático, e esse aspecto teria garantido o seu “êxito”. Para evitar cair numa hagiografia dos Descobrimentos, o apresentador referia o papel de Portugal no tráfico de escravos, mencionando como neste capítulo os portugueses foram semelhantes aos outros colonizadores, todavia com uma atenuante. Segundo José Hermano Saraiva, o infante D. Henrique terá proibido os seus marinheiros de capturar mais nativos e de os converter em escravos. Dita de forma dramática, a afirmação – uma citação do navegador veneziano Luís de Cadamosto – era seguida de um breve momento de silêncio, acompanhado por um subtil movimento de câmara, que se distanciava lentamente do apresentador, filmado num plano contrapicado.

Havia ainda imagens do Paço Real de Alcáçovas, com o apresentador a lamentar o seu estado de degradação à época e a intimar os organismos públicos para a urgência de restaurar o património histórico português; e referências elogiosas aos navegadores Diogo Cão, Bartolomeu Dias e Vasco da Gama. A narrativa fixava a acção individual enquanto elemento definidor da história, com os navegadores a assumirem o papel de personagens maiores de uma história colectiva e a personificarem a “aventura portuguesa” no século XV.

Os navegadores e os reis seriam de resto convocados para um relato histórico, ainda dividido em “reinados”, que tinha por base uma cronologia colocada numa cartolina que o apresentador ia retirando à medida que contava mais um episódio da história de Portugal e avançava no relato. Estes episódios eram descritos como “a simples sequência dos factos tais como as crónicas no-lo descrevem”. A crónica dos acontecimentos começava então em 1488, data da dobragem do Cabo da Boa Esperança, passava por referências à morte de D. João II, em 1495, bem como pela chegada a Calecute dos primeiros navegadores portugueses, terminando a narrativa com o regresso do navio de Vasco da Gama a Lisboa, em 1499.

José Hermano Saraiva terminava a narrativa dos “factos históricos” com uma frase concludente, dita de forma pausada e enfática: “Os portugueses ganharam a corrida, é esse o último passo na grande aventura.” A conclusão – que procedia a uma ligação entre os episódios e dava a ilusão de ordem e coerência ao programa, como se a história que nele se contava tivesse um encadeamento natural e um princípio, meio e fim – reenviava para a ideia de pioneirismo português. Uma ideia repetida constantemente ao longo dos vários episódios, invariavelmente relatada como sendo simultaneamente científica, humanista e um desígnio colectivo português. A primazia dada ao positivismo dos factos concedia pouco espaço a explicações detalhadas e convertia a narrativa do último episódio no culminar de uma história maior. Esta servia essencialmente para consolidar a memória colectiva e reforçar a identidade nacional. Com efeito, o episódio “O Plano das Índias”, como os restantes, padecia daquilo que Paul Gilroy designou “melancolia pós-colonial”. Um conceito que decorre da noção freudiana da incapacidade de fazer o luto por uma perda e que, em termos históricos, se traduz pela perda de uma fantasia de onnipotência, neste caso, a perda imaginária da grandeza e poder do império português⁴⁸.

Conclusão

Abertas a interpretações diferentes e contraditórias, as imagens têm uma gramática própria nas quais o aspecto formal – técnicas de filmar, enquadramentos, montagem, etc. – desempenha um papel importante. Porém, o aspecto formal não totaliza a interpretação das imagens televisivas, nem se sobrepõe a um entendimento comum que os espectadores possuem delas e à sua capacidade de interpretar imagens, sequências, palavras e categorias reproduzidas por um determinado programa. No caso do programa “A Grande Aventura”, havia um conjunto de convenções, facilmente identificáveis, como a retórica realista, própria de quem está a narrar a história de Portugal legitimado por um discurso científico, filmagens em locais reais e com densidade histórica, enqua-

⁴⁸ Paul Gilroy, *After Empire: Melancholia or Convivial Culture?* (Oxfordshire, Routledge, 2004).

dramentos que davam a ilusão de que o apresentador estava a conversar com o espectador, ou elementos específicos do discurso televisivo que se valem de uma linguagem pretensamente natural, objectiva e comum.

Em virtude da sua capacidade de comunicação e de produzir empatia, José Hermano Saraiva terá sido bastante influente na transmissão da história de Portugal e na fixação de uma memória histórica sobre os Descobrimentos. Os programas de José Hermano Saraiva cruzavam diversas dimensões, desde as funções de divulgação histórico-cultural, modos de comunicar que obedeciam às lógicas do documentário televisivo, em que a dimensão performativa e a oralidade marcavam o ritmo, até à articulação de questões ligadas à identidade portuguesa, transmitidas através de narrativas de fácil compreensão, nas quais abundavam os aspectos pitorescos da realidade histórica. Os programas televisivos de José Hermano Saraiva distinguiam-se ainda pelo predomínio de formas pronominais, ligações deliberadas entre o passado e o presente, que simulavam um elo histórico-cultural entre os portugueses do passado e os portugueses do presente, e onde se procedia à eleição de momentos significativos do passado, transformados em arquétipos da nacionalidade.

Gozando de uma situação de quase exclusividade nos meios de comunicação audiovisuais, José Hermano Saraiva inaugurou uma nova forma de narrar a história de Portugal, com cunho autoral reconhecido, acessível à divulgação daquilo que entendia ser os factos históricos e próxima das exigências e características do formato televisivo. Através de uma performance inovadora, que terá contribuído para cristalizar um estilo de narrar a história⁴⁹, José Hermano Saraiva seleccionou um

49 Faltaria encetar uma análise comparativa entre os modos de narrar a história de José Hermano Saraiva e os veiculados por outros historiadores com outras orientações políticas. Sobretudo em programas que também abordam a história do colonialismo português, como o programa “História a História de África”, da autoria de Fernando Rosas, exibido pela RTP em 2017. Embora contrariasse os mitos do “discurso da nostalgia”, e escolhesse temas que sublinham as assimetrias e as relações de poder desiguais do sistema colonial português, desmontando a alegada excepcionalidade luso-tropicalista do colonialismo português, o programa de Fernando Rosas parece partilhar algumas características formais com os programas de José Hermano Saraiva, nomeadamente uma série de convenções que obedecem a um género televisivo específico, nomeadamente o uso de uma retórica realista – popularizado pela expressão de José Hermano Saraiva “foi aqui que...” –, filmagens em locais reais e com espessura histórica, uma tipologia padronizada de enquadramentos, gestualidade e modos de olhar a câmara que dão a sensação de que o apresentador está a conversar com o espectador, etc. As semelhan-

conjunto de lugares dispersos e acontecimentos díspares – a conquista de Ceuta, a descoberta dos Açores, Madeira e Cabo Verde, o plano das Índias, o protagonismo do infante D. Henrique – que seriam agrupados num programa televisivo que sintetizava as especificidades da “aventura portuguesa além-mar”, e que elegia a elipse enquanto figura estilística central. A opção de abordar os Descobrimentos através de unidades geográficas, em vez de problematizar temáticas transversais à geografia, reproduzia as articulações espaciais do império e a sua sucessão linear na cronologia. Próxima de uma alegoria nacional, e do valor cultural que se atribuía ao passado histórico, toda a narrativa parecia culminar numa história maior do país, cuja importância seria mais significativa do que qualquer facto ou episódio relatado.

Apesar do tom épico adoptado, onde não faltavam alusões ao orgulho do passado, a montagem, edição e exclusões de outras temáticas evidenciavam que não havia nada intrinsecamente épico ou grandioso na história que era contada. Existia antes uma construção de um significado sobre os Descobrimentos, que empregava de resto motivos recorrentes, estratégias discursivas e pontos de vista sustentados por uma narrativa linear, quase sempre centrada nos grandes indivíduos históricos e em acontecimentos políticos.

Mesmo que a CNCDP pretendesse realizar um trabalho de actualização historiográfica, renovar representações e se distanciar das interpretações nacionalistas da história, a tentativa de promover celebrações consentâneas com uma ideia de modernidade e, sobretudo, de “convivialidade pós-colonial” não terá sido integralmente atingida⁵⁰.

ças formais não diminuem todo o trabalho de investigação e pesquisa, a recolha de materiais iconográficos e documentais efectuadas no âmbito do programa de Fernando Rosas que, neste capítulo, está nos antípodas das generalizações e sínteses interpretativas veiculadas por José Hermano Saraiva. Resumindo, a análise comparativa podia eventualmente esclarecer se de facto existem limitações “formais” no uso da televisão enquanto ferramenta de divulgação histórica, ou se a escrita de guiões para televisão e o tom de oralidade requerido para este tipo de programas ser apelativo impede outro tipo de abordagens.

50 Com a expressão “convivialidade pós-colonial”, Paul Gilroy pretende refazer a relação do Reino Unido com o seu passado imperial, de modo a estabelecer uma relação mais digna e pacífica de convivência. Gilroy procura desmontar a definição de raça estabelecida pelo sistema colonial, com os seus falsos axiomas, substituindo-a por uma solidariedade comum, que apelida de “convivialidade”, entendida como um meio de promover relações que não sejam dependentes de classificações raciais nem de outras formas de ordenação. A convivialidade descreveria os processos de coabitação e interacção que tornariam o multiculturalismo uma característica co-

Além de naturalizar uma ideia de benignidade imperial, encontrando por exemplo atenuantes para relativizar a existência de trabalho escravo, o discurso histórico do programa de José Hermano Saraiva não questionava as relações de poder desiguais, nem problematizava uma história essencialmente nacionalista, na qual abundavam formas pronominais e considerações eurocêntricas. Segundo Sanjay Seth, a história é um código incapaz de descrever os passados não-ocidentais:

“Enquanto continuarmos a escrever história, precisamos de reconceber aquilo que estamos a fazer, sobretudo quando reescrevemos o passado dos outros em termos distintos dos seus próprios. Precisamos de pensar a escrita da história não com uma atitude imperial, como a aplicação da Razão ao passado, e sim como um diálogo entre diferentes tradições de raciocínio”⁵¹.

Uma história dos Descobrimentos incapaz de incluir outros entendimentos e contemplar a diferença é uma história que permanece confinada a justificar retóricas excepcionalistas, humanitárias ou científicas, e a sustentar narrativas nacionais. Para uma história verdadeiramente pós-colonial dos Descobrimentos, simultaneamente reflexiva e problematizadora, faltaria desmontar as construções fantasiosas de uma nação homogênea alimentada pelos feitos heróicos dos navegadores do passado e as afirmações de pioneirismo português. Porventura condicionado pelo formato televisivo, pelas convenções de um género específico, mas também pelo alinhamento ideológico do apresentador, o programa “A Grande Aventura” não se conseguiu libertar de uma noção particularista dos Descobrimentos, nem encetar uma problematização da escrita da história, como propunha a Comissão nalgumas iniciativas, ou iniciar um movimento que permitisse aflorar o provincianismo de uma categoria como os Descobrimentos portugueses.

mum da vida social e uma maneira de reconhecer a diversidade sem a padronizar. Paul Gilroy, *After Empire: Melancholia or Convivial Culture?* (Oxfordshire: Routledge, 2004), xii.

51 Sanjay Seth, “Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?”. *História da Historiografia* 11 (Abril 2013): 175.

BIBLIOGRAFIA

- Anderson, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London/New York: Verso, 2005.
- Armitage, David. *The Ideological Origins of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- Barreto, Luís Filipe. *Portugal na Abertura do Mundo*. Lisboa: CNCDP, 1997.
- Bethencourt, Francisco, e Diogo Ramada Curto. *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1991.
- Billig, Michael. *Banal Nationalism*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications, 1991.
- Brandão, Nuno. *O Espectáculo das Notícias: a televisão generalista e a abertura dos telejornais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.
- Cádima, Francisco Rui. *O Fenómeno Televisivo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- Cardão, Marcos. *Fado Tropical. O luso-tropicalismo na cultura de massas 1960-1974*. Lisboa: Edições Unipop, 2014.
- Cardão, Marcos. “Um significante instrumental. Eusébio e a banalização do luso-tropicalismo na década de 1960”. In *Esporte, Cultura, Nação, Estado – Brasil e Portugal*, organizado por Victor Andrade de Melo, et al., 172-87. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.
- Cardão, Marcos. “Foram oceanos de amor. Os Descobrimentos Portugueses na cultura pop dos anos 80”. *Portuguese Studies Review* 26, n.º 1 (2018): 99-148.
- Cardim, Pedro. “Entrevista a António Manuel Hespanha”. *Análise Social* XLVI, n.º 200 (2001): 440.
- Catroga, Fernando et al. (eds.). *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- Chakrabarty, Dipesh. “A Global and Multicultural Discipline of History?”. *History and Theory* 45 (2006): 101-09.
- Ferreira, Claudino Cristóvão. *A Expo 98 e os imaginários do Portugal Contemporâneo. Cultural, Celebração e Políticas da Representação*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006.
- Fiske, John, and John Hartley. *Reading television*. London/New York: Routledge, 2003.
- Gilroy, Paul. *After Empire: Melancholia or Convivial Culture?*. Oxfordshire: Routledge, 2004.
- Hespanha, António M. “A História na cultura portuguesa contemporânea”. In *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, coordenado por Fernando Pernes, 325-50. Porto: Edições Afrontamento; Porto: Fundação Serralves, 2002.
- Hespanha, António M. *Há 500 anos. Balanço de três anos de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Comissão dos Descobrimentos, 1999.
- Holt, Fabian. *Genre in popular music*. London/Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
- Leal, João. *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Dom Quixote, 2000.
- Leitão, Luísa. “Da Vinci: o público compreendeu a nossa aposta”. *TV Guia*, Março 18, 1989: 9.
- Lughod, Lila Abu. *Dramas of nationhood: the politics of television in Egypt*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2004.

- Matos, Sérgio Campos. *Consciência histórica e nacionalismo: Portugal – séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- Mittell, Jason. “A Cultural Approach to Television Genre”. *Theory Cinema Journal* 40, n.º 3 (Spring, 2001): 3-24.
- Morley, David and Charlotte Brunson. *The Nationwide Television Studies*. London/ New York: Routledge, 2005.
- Moura, Vasco Graça. “Editorial”. *Oceanos* 1 (1989): 9.
- Neves, José, org.. *Quem faz a história. Ensaios sobre o Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2016.
- Neves, José. *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história no século XX*. Lisboa: Tinta-da-china, 2008.
- Oliveira, António de. “The Activities of the CNCDP: A preliminary assessment”. *eJournal of Portuguese History* 1, n.º 1 (2003): 1-12.
- Saraiva, José Hermano. “Uma carta do Infante D. Henrique e o problema das causas da Expansão no norte de África”. (Separata) *Ethnos* 3 (1948).
- Saraiva, José Hermano. *Outras maneiras de ver*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1979.
- Saraiva, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1979.
- Seth, Sanjay. “Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?”. *História da Historiografia* 11 (Abril 2013): 173-89.
- Seth, Sanjay. “Pós-colonialismo e a história do nacionalismo anticolonial”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 7 (2018): 45-75.
- Sobral, José Manuel. *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.
- Suzuki, Tessa Morris. *The Past Within Us. Media, Memory, History*. London/New York: Verso, 2005.
- Trindade, Luís. “Dividing the Waters: The sea in Portuguese post-revolutionary popular music”. *Portuguese Journal of Social Science* 14, n.º 3 (2015): 287-301.
- Trindade, Luís. *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O Salazarismo entre a Literatura e a Política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- White, Hayden. “The Burden of History”. *History and Theory* 5, n.º 2 (1966): 111-134.
- White, Hayden. *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- White, Hayden. *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.
- Williams, Raymond. *Television. Technology and cultural form*. London/New York: Routledge, 2003.
- Xavier, Ângela Barreto. “Tendências na historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre o destino da História Social”. *Penélope* 2 (2000): 141-79.

Referência para citação:

- Cardão, Marcos. “A grande aventura. Televisão, nacionalismo e as comemorações dos Descobrimientos portugueses.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 8 (2019): 17-47.